

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Vânia Luiza Oliveira

**EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL COM FAMÍLIAS JUNTO AO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SINIMBU – RS**

Santa Cruz do Sul
2017

Vânia Luiza Oliveira

**EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL COM FAMÍLIAS JUNTO AO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SINIMBU – RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade de Santa Cruz do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eunice Maria Viccari.

Santa Cruz do Sul

2017

Vânia Luiza Oliveira

**EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL COM FAMÍLIAS JUNTO AO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SINIMBU – RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade de Santa Cruz do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Prof. Dra. Eunice Maria Viccari
Professora orientadora – UNISC

Prof. Me. Paula Camboim
Professora Examinadora - UNISC

Prof. Me. Marta Von Dentz
Professora Examinadora - UNISC

Santa Cruz do Sul
2017

*A minha mãe, amiga, conselheira,
símbolo de amor e cumplicidade.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pelo seu manto protetor sobre mim, me dando saúde e sabedoria, que foi o que tanto pedi ao longo dessa jornada acadêmica. Através da minha fé em Deus, esse trabalho de conclusão de curso seguiu um rumo de esperança e vitória, a ele todo o meu louvor.

Agradeço a minha mãe, e que mãe! Meu porto seguro, minha luz, exemplo de mulher guerreira e do bem. Sem ela eu não chegaria até aqui, foi pai, foi anjo, foi amiga, foi mestre. Agradeço a sua paciência e a sua dedicação a mim, seus ensinamentos me instruíram a seguir bons caminhos e a alcançar objetivos importantes na minha vida. Agradeço pelo seu amor incondicional e protetor. Amo você!

Ao meu namorado Gabriel S. Goettert, presente especial que a universidade e a sociologia me deram. Agradeço a sua compreensão, a sua paciência e o seu carinho, sinto-me abençoada e feliz por ter você comigo nesse momento tão especial da minha vida. Não poderia deixar de agradecer também a minha família e aos meus amigos, porque de alguma forma me ajudaram, seja através de um conselho, de um abraço ou de um sorriso. Minha eterna gratidão!

Meu agradecimento as minhas supervisoras de campo Salete e Rosilda, mas principalmente a Salete, que além de orientadora se tornou uma grande amiga. Agradeço muito pelos materiais emprestados, pela parceria, pelos ensinamentos e pelo conhecimento teórico e prático que me foi repassado através do estágio e que se tornaram fundamentais para chegar até aqui.

Sou grata também a equipe do CRAS de Sinimbu, por ter me acolhido e acreditado em mim. Ao grupo de família do PAIF da localidade de Linha São João, fonte dessa pesquisa, que junto comigo passou por um aprendizado e uma vivência inesquecível.

As minhas professoras que me orientaram durante o período de estágio curricular obrigatório, Eunice e Erika, Assistentes Sociais comprometidas e éticas, exemplos de profissionalismo e sabedoria. Além delas, agradeço a todos os professores da graduação e a UNISC, pelas experiências vividas e pelo espaço, sem isso nada seria possível.

Minha eterna gratidão a todos que de alguma forma contribuíram na minha formação e que não foram citados aqui, o caminho percorrido teria sido bem mais

difícil sem vocês. Minha felicidade é imensurável e eu só tenho a agradecer pela oportunidade de estar escrevendo esse trabalho hoje e de estar me tornando uma Assistente Social, profissão que escolhi com o coração e com a alma.

Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir (Cora Carolina).

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem sua análise centrada no processo grupal do PAIF realizado através da vivência de estágio curricular obrigatório durante o período de dois anos no município de Sinimbu-RS. Nesse contexto problematizou-se o seguinte tema de pesquisa: Como a estagiária do CRAS de Sinimbu conduziu grupos do PAIF em Linha São João de 2015/1 a 2016/2? A categoria de estudo para entendimento desse tema foi grupos, importante instrumento garantidor de direitos sociais e de cidadania. As hipóteses desenvolvidas para responder a esse problema estão estruturadas a partir de questões que foram o objetivo da prática de estágio, são essas: o fortalecimento de vínculos sociais e comunitários e como resultado a garantia do direito socioassistencial da convivência social; o desenvolvimento da estima, do auto respeito e do seu reconhecimento como sujeitos sociais críticos e a garantia de direitos sociais.

Palavras-chave: Fortalecimento de vínculos sociais e comunitários. Grupos. Direitos sociais. Cidadania.

ABSTRACT

This course work conclusion has its analyse centred in the group process of PAIF, conducted through daily experience of compulsory curricular internship during two years in the county of Sinimbu-RS. In this context, the following research topic was questioned: How did the trainee of the Sinimbu CRAS lead PAIF groups in Line São João from 2015/1 to 2016/2? The category of study to understand this theme was groups, an important instrument guaranteeing social rights and citizenship. The hypotheses developed to respond to this problem are structured from questions that were the objective of the practice of internship, are these: the strengthening of social and community bonds and as a result, the guarantee of the social assistance right of social coexistence; the development of esteem, self-respect and recognition as critical social subjects and the guarantee of social rights.

Keywords: Strengthening social and community ties. Groups. Social rights. Citizenship.

LISTA DE ABREVIATURAS

AS	Assistente Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CF/1988	Constituição Federal de 1988
CNAS	Conselho Nacional da Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PAIF	Programa de Atenção Integral a Família
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
RS	Rio Grande do Sul
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
	PARTE I – PROJETO DA PESQUISA.....	13
1	PROBLEMÁTICA.....	13
1.1	Origem do problema de TCC.....	13
1.2	Fundamentação teórica da categoria central de análise: grupos.....	16
1.3	Hipóteses.....	18
1.4	Objetivos.....	19
1.4.1	Objetivo geral.....	19
1.4.2	Objetivos específicos.....	19
1.5	Revisão de literatura.....	19
2	METODOLOGIA.....	22
	PARTE II – RESULTADOS E ANÁLISES DOS DADOS.....	25
1	REFLEXÃO SOBRE A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	25
2	O ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL – COM LÓCUS NO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL.....	30
3	O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS COMO MEIO DE ALCANÇAR A CIDADANIA E A CONVIVÊNCIA SOCIAL.....	34
4	A GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS ATRAVÉS DO PAIF.....	44
	CONSIDERAÇÃO FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

O recente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema a ampliação da cidadania através do Programa de Atenção Integral a Família (PAIF), tendo em vista que durante o processo de estágio curricular obrigatório descobriu-se a necessidade da ampliação do programa para a localidade de Linha São João no município de Sinimbu-RS. Este trabalho também significa um importante instrumento de aprendizado para a acadêmica de Serviço Social, pois permite realizar uma análise teórica sobre a prática no campo operacional, sempre levando em consideração que teoria e prática são indissociáveis.

Muitas famílias no município de Sinimbu encontram-se em situação de vulnerabilidade social, segundo o IBGE (senso 2003), a incidência de pobreza neste município é de 20,6%, o que dificulta o próprio desenvolvimento econômico e social. Para tentar reverter essa situação, buscou-se materializar os direitos sociais através da política de assistência social, em especial no PAIF.

A estratégia criada para materializar os direitos sociais das famílias em situação de vulnerabilidade social em Sinimbu baseou-se na construção de um grupo, importante instrumento no campo do Serviço Social. A intervenção social através de grupos permite ampliar a cidadania e compartilhar experiências, é um espaço de reflexão e reconhecimento.

A análise sobre a experiência de estágio permitiu desenvolver uma gama de conhecimentos sobre o trabalho social com famílias e de como é possível se utilizar da política de assistência social no enfrentamento das expressões da questão social. O aprendizado adquirido neste trabalho leva a um olhar diferente sobre a realidade social, é esperança de transformação e uma grande porta para o futuro como assistente social.

O TCC está dividido em duas partes, a primeira contempla a origem do problema de TCC, uma análise breve sobre o campo de estágio, fundamentação teórica sobre a categoria central de pesquisa que versa sobre grupos, as hipóteses, objetivos que permearam este trabalho, revisão de literatura e metodologia. No segundo momento abordar-se-á sobre a análise dos resultados, em que as hipóteses serão confirmadas ou refutadas.

Por fim, as considerações finais, que evidenciam a importância deste trabalho como meio de garantir direitos sociais as famílias que foram atendidas no período de

dois anos em Sinimbu, através do PAIF, pela estagiária de Serviço Social. A proposta é responder ao seguinte problema de pesquisa: Como a estagiária do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Sinimbu conduziu grupos do PAIF em Linha São João de 2015/1 a 2016/2?

PARTE I – PROJETO DA PESQUISA

1 PROBLEMÁTICA

1.1 Origem do problema de TCC

Neste capítulo será realizada uma breve descrição sobre a origem do problema de TCC. Inicialmente haverá uma contextualização sobre as características do município ao qual o projeto social se realizou, após, uma sistematização sobre a política social que será o pano de fundo deste trabalho e pôr fim será apresentado o projeto de intervenção do estágio.

O estágio curricular obrigatório ocorreu no município de Sinimbu, dentro do equipamento CRAS cujo serviço vem sendo ofertado a população desde seis de maio de 2011. O CRAS é a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e atende as principais necessidades de seus usuários em situação de vulnerabilidade e risco social.

O município possui uma grande área geográfica predominantemente rural. O equipamento procura fazer um recorte das localidades com maior índice de vulnerabilidade social, sendo na região serrana a maior concentração.

Chama atenção o fato de o município não possuir sua Secretaria de Assistência Social, o CRAS se encontra instituído dentro da chamada secretaria de saúde e bem-estar social, característica própria da organização do Município. Duas políticas que se reportam a atender de forma efetiva seus destinatários, pois, “Os direitos humanos só se tornam reais na vida da população por meio das lutas políticas, capazes de fazer com que estes sejam garantidos legalmente e se materializem em políticas públicas” (AGUINSKY; FERNANDES; TEJADAS, 2009, p. 64).

Materializar os direitos sociais por meio da política de assistência social foi o principal objetivo da vivência de estágio da acadêmica e pode servir como explicação para a origem do problema de pesquisa. A intervenção profissional tenta amenizar as expressões da questão social do cotidiano, que aparecem em forma de demanda ao CRAS.

O Serviço Social surge na história como uma profissão fundamentalmente interventiva, isto é, que visa produzir mudanças no cotidiano da vida social das populações atendidas – os usuários do Serviço Social. Assim, a

dimensão prática (técnico-operativa) tende a ser objeto privilegiado de estudos no âmbito da profissão (SOUSA, 2008, p. 120).

Através de análises dos atendimentos realizados dentro do território, a estagiária e a assistente social do CRAS entenderam ser importante a ampliação do PAIF para a localidade de Linha São João. As famílias dessa localidade não tinham acesso aos serviços do CRAS, pois o acesso à área urbana ocorre eventualmente, por falta de transporte público.

Além desse fato, os próprios usuários estavam solicitando a formação de um grupo dentro da localidade, para ampliar seus conhecimentos acerca dos seus direitos. Em muitas localidades em Sinimbu, ainda não foi implantado esse tipo de serviço, devido ao seu extenso território, o que dificulta o trabalho das equipes de referência.

Segundo o IBGE (senso 2003), a incidência de pobreza neste município é de 20,6%, o que dificulta o próprio desenvolvimento econômico e social. Pensando em reverter de forma significativa esses dados, foram atendidas em torno de 10 famílias, através de encontros grupais dentro da localidade, bem como acompanhamento do Cadastro Único e encaminhamentos dentro do serviço.

A iniciativa desse projeto de intervenção se deu essencialmente pela expectativa em aprofundar conhecimentos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político da acadêmica de Serviço Social. Inserir-se dentro do território, em contato direto com os usuários, é um processo que motiva e pode eventualmente se tornar desanimador, por não ter um amparo esperado das instituições acima do equipamento, tais como: Secretarias e poder municipal.

O projeto de intervenção foi intitulado: “Atuação no Serviço PAIF: Ampliando as ações socioassistenciais para a localidade de Linha São João no município de Sinimbu”. Teve como objetivo geral: Contribuir com o acesso aos diferentes direitos sociais das famílias do PAIF na localidade de Linha São João.

Seus objetivos específicos foram assegurar a participação dos usuários no PAIF para a garantia de seus direitos sociais, promover o acesso dos usuários aos demais serviços socioassistenciais e fortalecer o protagonismo dos usuários dentro da comunidade e de seu núcleo familiar. A acadêmica tinha como meta atender 25 famílias através de mobilizações e atividades que dessem acesso aos direitos sociais e possibilidades de integração dessas famílias.

As atividades realizadas pela acadêmica e que materializaram o processo foram: Busca de materiais teórico-metodológicos, reunião de equipe, mobilização dos usuários, encaminhamentos e trabalho social em grupo.

O encontro com os materiais que deram embasamento teórico-metodológico para a experiência de estágio obrigatório foi possível através da pesquisa dos já existentes no próprio equipamento, na biblioteca da universidade, em ambiente virtual e também através de indicações feitas pela orientadora e supervisora de estágio. Serviu para compreender e analisar de forma crítica à atuação profissional no campo de trabalho, bem como as políticas públicas específicas, nesse caso, a política de assistência social.

As reuniões de equipe foram realizadas em raras situações, na medida em que era necessário discutir determinados assuntos sobre casos específicos ou eventos organizados pelo equipamento. A mobilização dos usuários ocorreu em parceria com a agente de saúde da localidade, através de panfletos, encontros com as famílias e visitas domiciliares. A estudante não apenas participou de ações relacionadas com o grupo de família da localidade de Linha São João, mas também de outros projetos sociais dentro do município junto com as assistentes sociais responsáveis.

Esses projetos sociais citados no parágrafo anterior compreendem a realização de palestras e eventos em datas comemorativas e alusivas a específicos grupos, toda a equipe do CRAS organizava atividades com o objetivo de informar e integrar. A estudante participou das atividades com os grupos de família do PAIF organizados em outras localidades e dos atendimentos no plantão social que inclui o cadastro de famílias, encaminhamentos e a escuta sensível. Também foi possível no processo de estágio participar de reuniões do conselho de assistência social e saúde; com o intuito de aumentar seu referencial teórico, pois teoria e prática são indissociáveis.

Ao longo dessa importante prática de estágio, foi preciso aprofundar temas relevantes que servissem de base para os grupos de famílias, nesse caso, o grupo de Linha São João. Foram temas contemporâneos e importantes para romper com estereótipos, organizados e preparados com cuidado, juntamente com a equipe. Com a realização dos encontros, teve-se a preocupação em aproximar a política de assistência social e saúde, das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Para analisar o processo de estágio curricular obrigatório realizado pela acadêmica de Serviço Social nesse contexto, temos o seguinte problema de TCC:

Como a estagiária do CRAS de Sinimbu conduziu grupos do PAIF em Linha São João de 2015/1 a 2016/2?

1.2 Fundamentação teórica da categoria central de análise: grupos

Neste momento, aprofundar-se-á a análise teórica acerca da categoria de pesquisa que é grupos. O processo de estágio ocorreu predominantemente através dos grupos de famílias do PAIF na localidade de Linha São João, com o objetivo de contribuir no acesso aos direitos sociais, bem como ampliar a cidadania.

A abordagem de grupos é um instrumento bastante utilizado pelo Serviço Social para melhor compreender a realidade social. Dentro dele é possível fazer diversas interpretações, além de projetar possíveis mudanças na realidade.

Adotar-se-á nessa análise da categoria central o chamado grupo operativo de Pichon-Rivière (1998), para melhor explicar sobre esse importante instrumento que auxilia na investigação do Serviço Social. No sentido mais amplo,

Grupo é todo conjunto de pessoas ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, e articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe explícita ou implicitamente uma tarefa que constitui sua finalidade. Podemos dizer, então, que estrutura, função, coesão e finalidade, juntamente com o número determinado de integrantes, configuram a situação grupal, que tem seu modelo natural no grupo familiar (PEREIRA, 2002, p. 284-285).

A situação grupal segundo o autor, é constituída de papéis importantes. Cada um tem uma função específica que dá sustentabilidade e dinâmica ao processo grupal. O coordenador por exemplo, cumpre o papel de ajudar os membros a pensar, abordando o obstáculo epistemológico configurado pelas ansiedades básicas (PICHON-RIVIÈRE, 1998).

Na sequência tem-se o chamado observador, que geralmente não participa ativamente do grupo, sem se manifestar, tendo como tarefa recolher materiais tanto verbais como não verbais, de modo a auxiliar o coordenador. A troca permanente entre os participantes de um grupo é essencial para alcançar resultados positivos, que de fato proporcionem uma mudança na realidade social.

Quando se fala em papéis, se destacam três que são mais funcionais e operativos: porta-voz, bode expiatório e líder. A estrutura de um grupo é

essencialmente a contemplação desses papéis, um complementando o outro na busca da horizontalidade e da aprendizagem.

Porta-voz de um grupo é o membro que em um momento denuncia o acontecer grupal, as fantasias que o movem, as ansiedades e necessidades da totalidade do grupo. Mas o porta-voz não fala só por si, mas por todos; nele se conjugam o que chamamos verticalidade e horizontalidade grupal, entendendo-se por verticalidade aquilo que se refere à história pessoal do sujeito, e por horizontalidade o processo atual que acontece no aqui e agora, na totalidade dos membros (PICHON-RIVIÈRE, 1998, p. 175).

Exposto a função do porta-voz, se tem também aquele que guarda para si as coisas negativas do grupo ou da tarefa, sendo este o chamado bode expiatório. Em contrapartida, aquele que guarda para si as coisas positivas, obtendo uma certa liderança no grupo é o chamado líder, além desse, também tem o papel do sabotador, que é aquele que resiste a mudança.

No grupo operativo analisado aqui, o autor também chama atenção para os três momentos de um grupo que devem ser considerados: abertura, desenvolvimento e fechamento (PICHON-RIVIÈRE, 1998, p. 176). É importante deixar claro que os objetivos de um grupo podem não se concretizar de imediato e estratégias devem ser projetadas para além do aqui e agora.

De forma mais geral, o objetivo de um grupo é,

[...] exercer a cidadania, falar sobre si, compartilhar problemas e dificuldades, refletir sobre eles e buscar possíveis soluções. Entre esses grupos, estão os formalmente constituídos pela iniciativa de organizações, de entidades associativas, de comunidades e de outras instituições e outros que se constituem sem essa mediação, ou seja, os constituídos informal e autonomamente por seus membros (SEMINOTTI; MORAES; ROCHA, 2009, p. 36).

Os grupos como metodologia utilizada pelo CRAS são ferramentas fundamentais para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e podem se apresentar de forma diferente. Alguns são constituídos por famílias, outros por pessoas idosas, por crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, etc. São inúmeras as possibilidades de se criar um grupo, porém cada um possui sua característica peculiar.

No âmbito da assistência social o objetivo da criação de um grupo é informar e garantir os direitos sociais constituídos historicamente. É também contribuir com a ampliação de uma visão crítica sobre o “ser” dentro de um todo compartilhado. É permitir a convivência social de um grupo de pessoas que dividem o mesmo território,

as mesmas experiências, as mesmas dificuldades e as mesmas dúvidas, embora cada um seja diferente na sua essência.

Seminotti, Moraes e Rocha (2009) também falam sobre os chamados pequenos grupos. Os grupos do PAIF são geralmente compostos por no máximo quinze pessoas, esse tipo de formação é da natureza dos pequenos grupos, que propiciam uma interação direta entre as pessoas, possibilitando que todos se vejam e se ouçam simultaneamente, reconhecendo assim, suas singularidades.

Segundo o autor referenciado aqui, a base de um grupo é composta pela práxis, na qual teoria e prática se integram em uma força operativa, instrumento de transformação do homem e do meio (PICHON-RIVIÈRE, 1998). Ou seja, fundamentalmente o objetivo de um grupo é realizar uma mudança da realidade, transformando a verticalidade dos sujeitos em uma horizontalidade.

1.3 Hipóteses

- I. A acadêmica de Serviço Social através do trabalho em grupo realizado a partir do PAIF, contribuiu com o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Vínculos esses, conseguidos através, do trabalho participativo e dialogado é possibilidade que afirma identificar o desenvolvimento de vínculos interpessoais, grupais e comunitários;
- II. Pressupõem-se que a acadêmica de Serviço Social durante o estágio curricular obrigatório contribuiu para a apropriação crítica do contexto social das famílias atendidas e acompanhadas através do PAIF. Procurou-se criar o desenvolvimento da estima, do auto respeito e do seu reconhecimento como sujeitos sociais críticos. Isso foi possível através das discussões e atividades práticas que foram desenvolvidas durante os encontros de grupos;
- III. Pressupõem-se que a acadêmica de Serviço Social contribuiu para com a garantia dos direitos sociais das famílias atendidas através do PAIF. Essa contribuição se deu através do processo de informação e de reflexão dos direitos socioassistenciais para a garantia da convivência e da equidade urbana e rural. Um aspecto importante a ser considerado é que a estagiária procurou ter sempre um cuidado com as características culturais do território de origem das famílias.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Analisar o trabalho da estagiária de Serviço Social na condução dos grupos do PAIF na localidade de Linha São João, Sinimbu - RS.

1.4.2 Objetivos específicos

- I. Compreender o processo de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários das famílias integrantes do PAIF;
- II. Analisar a contribuição da estagiária de Serviço Social na garantia dos direitos sociais, através de informações socioassistenciais;
- III. Descrever se a acadêmica de Serviço Social contribuiu para a apropriação crítica dos sujeitos atendidos por meio do PAIF, através das discussões e atividades que foram realizadas no processo de estágio curricular obrigatório.

1.5 Revisão de literatura

Dar-se-á início a revisão de literatura que vai se embasar no tema dessa pesquisa de TCC que é Cidadania. O sonho da cidadania plena em uma sociedade pobre e desigual é quase uma utopia, porém o avanço da cidadania tem a ver com o desenvolvimento do País, bem como com as reivindicações e ações concretas dos indivíduos que nele habitam.

Não se pode abrir mão do projeto societário de tornar a sociedade mais justa, igualitária e com menos diferenças sociais evidentes. As políticas sociais são fundamentais para a tentativa de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e de garantir seus direitos sociais e civis.

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila (PINSKY; PINSKY, 2003, p. 9).

A construção histórica que passou primeiro pelos direitos civis, depois pelos direitos políticos e culminando nos direitos sociais, dá uma ideia de igualdade entre todos. Essa construção baseada na igualdade é quase uma ilusão, pois a realidade da nossa sociedade possui muitas pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, enquanto outras, usufruem da sua concentração de capital.

Deve-se ter o cuidado ao generalizar o conceito de cidadania, pois ele possui um significado diferente no tempo e espaço no qual ele ocorre. O sentido da cidadania no Brasil é diferente do sentido da cidadania na Itália ou no Japão por exemplo, em cada lugar ela se apresenta de uma forma diferente. Mas a cidadania propriamente dita se originou das revoluções burguesas e aqui se refere a todos os lugares.

Para Pinhão e Martins (2016) a ideia de cidadania somente faz sentido em contextos democráticos, os quais pressupõem a existência de diversas formas de relações de poder, verticais (Estado-cidadão) e horizontais (cidadão-cidadão). Essas relações de poder são permeadas por disputas ideológicas que vivem em uma ilusória democracia, ao passo que na sociedade em que vivemos hoje, ela está longe de ser plena.

Infelizmente, o contexto democrático brasileiro, não é modelo a ser seguido, por isso se diz que nossa cidadania não é plena. O que explica isso é o fato de o Estado ao invés de proteger a população, protege a elite dominante portadora de grande concentração de capital.

Constitui-se de grande importância para o profissional de Serviço Social compreender o que implica o termo cidadania, para que se possa atender as demandas que chegam no seu espaço de trabalho. Cidadania também é,

[...] incluir as pessoas, torná-las participantes, integrá-las, terminar com as exclusões sociais, que fazem com que muitos excluídos fiquem tão à margem da sociedade que se tornam subcidadãos, chegando a se tornarem até subhumanos, ante a dificuldade de acesso ao básico, como saúde, alimentação e educação (ROCHA, 2006, p. 1).

É fundamental o aprofundamento teórico do profissional para compreender o seu objeto de trabalho, este que está inserido no contexto de exclusões e à margem da sociedade. Através do projeto ético-político buscar criar um projeto de mudança societária, que inclui a busca de uma cidadania plena a todos os cidadãos brasileiros. O principal documento que deve ser referenciado no cotidiano do profissional assistente social é a Carta Magna de 1988.

De acordo com a Constituição de 1988, cidadão é aquele indivíduo a quem a mesma confere direitos e garantias – individuais, políticos, sociais, econômicos e culturais –, e lhe dá o poder de seu efetivo exercício, além de meios processuais eficientes contra a violação de seu gozo ou fruição por parte do Poder Público (MAZZUOLI, 2001).

A política de assistência social busca proteger, ampliar e garantir esses direitos sociais referidos na Constituição e é contra todo tipo de violação desses direitos. Cabe ao exercício profissional se apropriar teoricamente e de forma interdisciplinar criar meios de inserção comunitária e individual dos usuários atendidos pelas políticas públicas.

A cidadania também está ligada à ideia de pertencimento, é fato histórico e pressupõe a luta por direitos. Paulo Freire fala de uma relação direta entre cidadania e educação, política social que abre cada vez mais espaço para a inserção do Serviço Social. Segundo o autor em sua obra "*Pedagogia do Oprimido*" a liberdade dos oprimidos se encontra através da educação,

A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos ao buscarem recuperar a sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam de fato opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade de ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos - liberta-se a si e aos opressores (FREIRE, 1987, p. 30).

Sendo a liberdade um dos princípios fundamentais do exercício profissional do assistente social, cabe a esses, contribuir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nessa sociedade dos sonhos, existe uma cidadania conforme contextualizada neste trabalho: uma cidadania plena na qual os direitos sociais são garantidos e usufruídos por todos.

2 METODOLOGIA

Iniciar-se-á neste capítulo a metodologia utilizada nesta pesquisa. Para o Serviço Social contemporâneo a pesquisa se tornou um meio importante no aprimoramento de suas práticas cotidianas, auxilia na sistematização da realidade social, indicando um caminho seguro nas suas intervenções.

Segundo Demo (1997, p. 10),

Pesquisa pode significar condição de consciência crítica e cabe como componente necessário de toda proposta emancipatória. Para não ser mero objeto de pressões alheias, é 'mister' encarar a realidade com espírito crítico, tornando-a palco de possível construção social alternativa. Aí, já não se trata de copiar a realidade, mas de reconstruí-la conforme os nossos interesses e esperanças. É preciso 'construir a necessidade de construir novos caminhos', não receitas que tendem a destruir o desafio da construção.

A busca pela consciência crítica é o que orienta essa pesquisa de forma a analisar a intervenção realizada no estágio curricular obrigatório em Serviço Social. A importância desse objeto de estudo se refere ao aprimoramento dos conhecimentos teórico e metodológico acerca da realidade social.

Essa pesquisa versa sobre o caráter qualitativo, que propõe uma aproximação entre os atores para que esses possam compartilhar suas subjetividades. É uma aproximação mais intensa do real, que não pode ser mensurável. “Trata-se do real humano, de conhecer suas motivações, as representações, considerar seus valores, mesmo se dificilmente quantificáveis” (LEVILLE; DIONNE, 1999, p. 43).

Esse método de pesquisa estimula o aprofundamento teórico sobre um determinado objeto de estudo, é uma aproximação no campo do Serviço Social das questões sociais presentes. A partir dessa aproximação, se faz uma análise crítica e se determina algum método de intervenção profissional capaz de mudar tal realidade.

Além do caráter qualitativo, essa pesquisa será do tipo documental, que compreende a análise de materiais produzidos pela estagiária ao longo do processo de estágio III e IV. O tipo de material falado aqui, não é somente escrito, mas pode abranger gravação de voz ou outro recurso que auxilie na interpretação dos fatos a serem estudados.

[...] um documento pode ser algo mais do que pergaminho poeirento: o termo designa toda fonte de informação já existente. Pensa-se, é claro, nos documentos impressos, mas também em tudo que se pode extrair dos

recursos audiovisuais e, em todo vestígio deixado pelo homem (LAVILLE; DIONEE, 1999, p. 166).

Todo tipo de documento desempenha um importante papel na pesquisa, pois eles descrevem e mostram as experiências vividas. As informações estão lá, resta ao pesquisador interpretá-las, qualificá-las e fazer o uso correto dessas informações. Os documentos que serão analisados são os fornecidos pela estagiária e que compreende parte do processo de estágio obrigatório, tais como: diários de campo, projeto de intervenção, relatórios descritivos processuais e os relatórios finais.

Para a análise dos documentos citados acima é necessário a escolha de um método ou de uma técnica que para um pesquisador iniciante exige muita atenção e cuidado. A escolha precisa ser adequada e deve garantir a exploração precisa e ampla dos dados coletados, bem como, buscar dar sentido ao objeto de estudo.

Dito isso, será utilizado neste trabalho de pesquisa o método de análise de conteúdo, que segundo Laville e Dionne (1999, p. 215),

[...] pode se aplicar a uma grande diversidade de materiais, como permite abordar uma grande diversidade de objetos de investigação: atitudes, valores, representações, mentalidades, ideologias, etc. Pode-se assim usá-las no estudo de embates políticos, de estratégias, ou ainda, para esclarecer fenômenos sociais particulares [...].

A partir da utilização do método de análise de conteúdo, o processo se dará em três etapas: “I – Fase de pré-exploração do material ou de leituras flutuantes; II – A seleção das unidades de análise e III – O processo de categorização e subcategorização” (CAMPOS, 2004, p. 613).

A primeira etapa contempla a análise das leituras flutuantes de todo o material, com o intuito de apreender e organizar de forma não estruturada aspectos importantes para as próximas fases da análise. São realizadas várias leituras de todo o material coletado, mas sem compromisso específico com a sistematização, mas sim tentando apreender as ideias principais.

A segunda etapa é uma das mais básicas e importantes decisões para o pesquisador, pois é a seleção das unidades de análise. Nos estudos qualitativos, característica dessa pesquisa, o investigador é orientado pelas questões de pesquisa que necessitam ser respondidas. As chamadas unidades de análise incluem palavras, sentenças, frases, parágrafos, entrevistas, diários de campo ou livros.

Por fim, temos a terceira etapa que é o processo de categorização, que pode ser definido como uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação. Nessa etapa se tem uma proximidade mais íntima com o tema de pesquisa, são elaborados importantes objetivos de estudo e partindo daí para novos conhecimentos.

PARTE II – RESULTADOS E ANÁLISES DOS DADOS

1 REFLEXÃO SOBRE A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Neste capítulo será realizado um breve histórico sobre o processo da assistência social no Brasil, com o objetivo de conhecer o caminho percorrido para chegar à estrutura que se encontra hoje. Em seguida se fará uma análise contemporânea da política, bem como, serão apresentadas informações sobre o lócus onde ocorreu o estágio curricular obrigatório, centralidade deste TCC.

A história da assistência social, de um modo geral, foi marcada por ações clientelistas em que as primeiras damas a exerciam na condição de benesse realizada pela igreja católica e entidades filantrópicas que se vinculavam ao amor ao próximo como afirma Yazbek (2004, p. 17). “Na caridade ou beneficência cristã, o amor ao próximo e a assistência ao necessitado têm por fundamento o amor a Deus”. Essa forma de assistência teve início nos anos 30 e objetivava fornecer ajuda ou favor àqueles que merecessem, sendo utilizada também como forma de manipulação nos processos eleitorais através da compra de votos, frequentemente trocados por cestas básicas.

Nessa época a questão social ainda era considerada caso de polícia e prescindida de responsabilidade do Estado. Foram décadas de uma cultura assistencialista que é lembrada até os dias de hoje e que necessita de uma compreensão dos profissionais gestores para que a mesma se constitua de fato como direito. Isso permite fazer-se permanentemente:

[...] o questionamento da tradição clientelista, assistencialista e tuteladora que historicamente configurou para as ações nesta área, um padrão de gestão conservador. A identificação da Assistência Social com assistencialismo e filantropia ainda é parte dos desafios a serem enfrentados nesta área. Décadas de clientelismo consolidaram uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dos usuários da Assistência Social na nossa sociedade (YAZBEK, 2004, p. 19).

A cultura tuteladora consistia de uma missão social de “apaziguar os conflitos” da população que não estivesse satisfeita com sua condição social e ao mesmo tempo fazer caridade. “O trabalho social consistia no reforço da moralidade e da submissão das classes dominadas. Era, portanto, o controle social da família operária para

adequar e ajustar seu comportamento às exigências da ordem social estabelecida” (FALEIROS, 2001, p. 88).

Com base na análise feita até o momento, vamos avançar um pouco mais na viagem ao tempo referente a história da assistência social e chegar aos anos 80. Esse foi um período marcado pela ascensão da assistência social, que passa a ser considerada Política Pública¹, nesse momento ganha materialidade os projetos por uma sociedade democrática e igualitária através da Carta Magna de 1988.

No que diz respeito a esse marco, pode-se evidenciar a participação social que ocorreu expressivamente no período em que se lutava para combater o regime militar. Nesse contexto de luta pela democracia, ganha força a institucionalização da política de assistência social na CF88 como direito do cidadão e dever do estado.

“A Constituição de 1988 elegeu um conjunto de valores éticos, considerados fundamentais para a vida nacional, a maior parte dos quais se expressa no reconhecimento dos direitos humanos” (SIMÕES, 2009, p. 59). A gama de direitos que foram garantidos constitucionalmente expressa o grande desafio da Política de Assistência Social de concretizar esses direitos de cidadania social em meio à ordem capitalista liberal contrária a isso.

A Constituição institui a assistência social como política de Estado e, portanto, como direito social, sob o princípio da universalidade do acesso, com a finalidade de inserir a população no sistema de bem-estar brasileiro. Tem por pressuposto o reconhecimento institucional da legitimidade das demandas de seus beneficiários e usuários, no contexto da assistência social (SIMÕES, 2009, p. 180).

O mais importante é que a assistência social se tornou parte integrante do tripé da Seguridade Social juntamente com a política de saúde e previdência social, consideradas fundamentais para a constituição de uma sociedade democrática.

O objetivo fundamental da seguridade social é efetivar as políticas públicas de modo a contribuir para a redução das mazelas sociais e cumprir com as necessidades sociais de: prevenção, proteção e recuperação (saúde); perda ou redução de renda

¹ A noção de política pública a ser aqui desenvolvida refere-se ao processo decisório e é considerada, especificamente, um produto da tomada de decisão no âmbito do Estado. Essa ação governamental pode ocorrer com base em canais participativos e democráticos ou não. De toda maneira, política pública é compreendida como o Estado em ação (KAUCHAKJE; SCHEFFER, 2017).

(previdência social); seleção, prevenção e eliminação dos riscos e vulnerabilidades sociais (assistência social) (SIMÕES, 2009).

A partir da promulgação da Constituição Federal, a política de assistência social foi regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, promulgada em dezembro de 1993.

[...] a LOAS estabelece uma nova matriz para a Assistência Social brasileira, iniciando um processo que tem como perspectiva torna-la visível como política pública e direito dos que dela necessitarem. A inserção na Seguridade aponta também para seu caráter de política de proteção social articulada a outras políticas do campo social voltadas para a garantia de direitos e de condições dignas de vida. Desse modo, a Assistência Social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo (YAZBEK, 2004, p. 13).

A LOAS prioriza fundamentalmente as garantias no âmbito da cidadania em reciprocidade com o tema dessa pesquisa. Preocupa-se com a oferta de benefícios e serviços socioassistenciais que atendam a população em situação de risco e vulnerabilidade social com base na universalização.

O Sistema Único de Assistência Social é instituído a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) como um novo modelo de gestão das ações assistenciais. Esse modelo prioriza o trabalho descentralizado, intersetorial e territorial com ações voltadas, basicamente, “para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, visando integrar as ações socioassistenciais, com as áreas da saúde e da educação” (SIMÕES, 2009, p. 305).

A prioridade desse modelo de gestão é o atendimento com base no território e na família. Aqui a família é entendida como uma “instituição privilegiada em que se desenvolvem os primeiros processos socializadores a que o indivíduo fica sujeito, motivo pelo qual ele adquire uma relevância social” (MACIEL, 2002, p. 124).

Sendo a família uma instituição central do sistema, sua matricialidade é garantida à medida que, na assistência social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho universalista; a qual, para além da transferência de renda, em patamares aceitáveis, se desenvolva, prioritariamente, em redes de proteção social, que suportem as tarefas cotidianas e valorizem a convivência familiar e comunitária (SIMÕES, 2009, p. 307).

A matricialidade sócio familiar entendida nesse trabalho significa dizer que “ela está associada à ideia de que a preservação da convivência familiar, no contexto da

sociedade contemporânea, depende, fundamentalmente, de políticas públicas [...]” (MIOTO; CAMPOS, 2003, p. 175). Segundo as autoras, além do Estado proteger a família, há também no contexto da matricialidade, a responsabilidade da própria família e também do mercado em dar cobertura e garantir seu bem-estar.

Todavia, ao pensar a família hoje, se devem considerar as mudanças que ocorrem na sociedade, as novas formas de se relacionar e de se constituir família. É preciso levar em consideração as questões de gênero e cultura que dão uma nova conotação aos grupos familiares e moldam a nossa sociedade de uma outra forma, exigindo novas estratégias para a proteção social básica.

Além do enfoque sobre o território e a família, o SUAS que consolida a política nacional de assistência Social, também tem como expressão a democracia e a participação de forma descentralizada. O sistema se organiza através da distribuição de responsabilidades de cada esfera de governo, União, estados, municípios e sociedade civil.

Para contemplar uma série de garantias, sendo essas, a segurança de acolhimento, segurança social de renda, segurança de convívio comunitário e social, segurança de desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social; o SUAS se organiza através da proteção social. O sistema institui duas formas de proteção social: básica e a especial, sendo a primeira o campo sólido desse trabalho de conclusão de curso.

“A proteção básica incide sobre as famílias, seus membros e indivíduos, cujos direitos não foram violados, embora em situação de vulnerabilidade social” (SIMÕES, 2009, p. 312). O caráter da proteção social básica é essencialmente preventivo. Segundo o dicionário, prevenir significa avisar, informar, evitar ou advertir sobre algo; o PAIF é um exemplo de instrumento que previne situações de vulnerabilidade social, contemplando a proteção social básica.

O cuidado tomado pelo SUAS com o território de abrangência e oferta de ações socioassistenciais, levando em conta as particularidades urbano e rural é realizado através do equipamento CRAS.

O CRAS é um equipamento estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, abrangendo a um total de até mil famílias, com a finalidade de organizar, coordenar e executar os serviços de proteção social básica da política assistencial (SIMÕES, 2009, p. 315).

Esse equipamento serve como referência local da assistência social para garantir os direitos socioassistenciais, através do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Isso é possível porque está próximo das famílias, instituído no território de abrangência, sendo assim, a execução e o monitoramento dos serviços se tornam mais fáceis, embora limitados por questões burocráticas.

2 O ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL – COM LÓCUS NO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL

O município de Sinimbu onde foi realizado o estágio curricular obrigatório, fonte de pesquisa deste trabalho, é um território predominantemente rural, segundo o IBGE (2012), tem uma população de 10.408 habitantes (CENSO 2010). O equipamento CRAS fica localizado na área urbana e desenvolve suas atividades prioritariamente para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, idosos e pessoas com deficiência, beneficiários do benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC).

A finalidade do trabalho desenvolvido através do CRAS dentro do município é de,

[...] assegurar as condições mínimas para que esses sujeitos sociais desenvolvam capacidades, superando a situação de vulnerabilidade social, a médio e a longo prazo. Tem por pressuposto que a situação de exclusão social seja a condição objetiva que aumente a probabilidade de ocorrência de violação dos direitos sociais (SIMÕES, 2009, p. 315).

Os trabalhadores da política de assistência social inseridos no CRAS estão sujeitos a planejar, coordenar e executar projetos sociais que visem promover o desenvolvimento de potencialidades das famílias inseridas no território. Esse trabalho deve-se dar através da intersectorialidade, do compromisso com uma nova ordem social, do mapeamento das famílias e da organização em rede com vistas a garantir a proteção social básica.

A ação principal planejada e executada pela estagiária em Serviço Social no período de 2015-1 a 2016-2 foi trabalhar através do PAIF o fortalecimento dos vínculos intrafamiliares e a garantia dos direitos sociais e civis. “O PAIF inova ao materializar a centralidade do Estado o atendimento e acompanhamento das famílias, de modo proativo, protetivo, preventivo e territorializado, assegurando o acesso a direitos e a melhoria da qualidade de vida”. (BRASIL, 2012, p. 5).

A proteção social básica exercida através do CRAS tem como atividade fim garantir os direitos socioassistenciais para famílias do território de abrangência com equidade rural e urbana. Isso é possível a medida que a atividade meio é executada e efetivada, através dos profissionais de diversas áreas do conhecimento de forma intersectorial.

A noção de intersetorialidade surgiu ligada ao conceito de rede, a qual emergiu como uma nova concepção de gestão contrária à setorialização e à especialização, propondo, por outro lado, integração, articulação dos saberes e dos serviços ou mesmo a formação de redes de parcerias entre os sujeitos coletivos no atendimento às demandas dos cidadãos (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013, p. 121).

Através da intersetorialidade deve-se integrar os diversos saberes que compõem os serviços de atenção às famílias, os resultados se mostram mais efetivos quando esta é colocada em prática. Com a contribuição da agente de saúde, por exemplo, a criação do grupo de família do PAIF se tornou mais sólido, ela já estava intimamente ligada ao território e às famílias, devido às visitas domiciliares que eram realizadas.

O desafio da execução do projeto de intervenção, exige do profissional um diálogo constante com outros profissionais, bem como de outras políticas públicas. Para esse fim, é necessário a articulação com as agentes de saúde dos municípios, reuniões multiprofissionais e contatos exteriores, o que engrandece e proporciona melhores resultados a prática profissional.

Existe aqui também uma pista a ser explorada ao pensar em experiências de convivência fortalecedoras dos sujeitos: os encontros são sempre uma porta aberta para distintas experiências de aprendizagem e vinculação. Assim, são relevantes as formas de intervenção que promovem encontros afetando pessoas, mobilizando-as e provocando transformações (TORRES, 2013, p. 52).

As experiências de convivência precisam priorizar um dos princípios do SUAS, a participação social, “a participação pressupõe o compartilhar, o pôr-se em movimento, o que exige a motivação para um objetivo” (TORRES, 2013, p. 75). Essa motivação surge a partir do reconhecimento da liberdade como princípio ético fundamental do Serviço Social, bem como, um posicionamento em favor da equidade, da justiça social e da ampliação da cidadania.

Durante o estágio curricular obrigatório em Serviço Social, foi então, desenvolvido um projeto com o objetivo de garantir direitos socioassistenciais às famílias da localidade de Linha São João. Até então, esse grupo não participava de forma integral da rede socioassistencial, o acesso a área urbana ocorria eventualmente, por falta de transporte público.

Com o planejamento e a execução do referido projeto social, se buscou ter o cuidado em exercer a cidadania e desenvolver potencialidades fundamentais ao

desenvolvimento humano e social. Entre os dez direitos socioassistenciais instituídos, alguns em especial foram base ao longo da vivência de estágio e deram suporte as hipóteses desse trabalho de conclusão de curso:

2. Direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva: Direito, do cidadão e cidadã, de acesso às proteções básica e especial da política de assistência social, operadas de modo articulado para garantir completude de atenção, nos meios rural e urbano.

4. Direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial: Direito à igualdade e completude de acesso nas atenções da rede socioassistencial, direta e conveniada, sem discriminação ou tutela, com oportunidades para a construção da autonomia pessoal dentro das possibilidades e limites de cada um.

6. Direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social: Direito, do usuário e usuária, em todas as etapas do ciclo da vida a ter valorizada a possibilidade de se manter sob convívio familiar, quer seja na família biológica ou construída, e à precedência do convívio social e comunitário às soluções institucionalizadas (BRASIL, 2005).

Esses três direitos socioassistenciais são a base desse estudo da política de assistência social com ênfase na proteção básica. O projeto social foi implantado através de grupos e do acompanhamento das famílias do PAIF na localidade de Linha São João, no município de Sinimbu. As questões do acesso, da autonomia pessoal, da família, do convívio familiar e comunitário foram base da intervenção profissional.

O trabalho participativo ocorreu no espaço familiar e comunitário através de grupos, a inserção do profissional nesse espaço, proporcionou uma aproximação mais subjetiva sobre os sujeitos atendidos. A imersão dos profissionais no território dos usuários do serviço, amplia a rede socioassistencial e fortalece as ações do CRAS, esse contato direto facilita detectar expressões da questão social que necessitam de uma intervenção profissional.

A demanda analisada nesse processo, se constitui da necessidade da ampliação da rede socioassistencial para o território em específico, os usuários demonstraram interesse em participar dos programas sociais, pois o acesso até o equipamento os limitava. Após análises feitas com a assistente social do CRAS, foi criado então o grupo de família na localidade de Linha São João, com o intuito de promover a universalidade dos direitos socioassistenciais e o fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais.

Sabe-se que a realidade dos usuários da assistência social não é resultado do seu isolamento ou ações individuais, mas sim de interferências sociais, culturais e territoriais. As ações desenvolvidas nos espaços ocupacionais devem ter cuidado com

essas questões para não promover ações de cunho assistencialista e consequentemente culpar o sujeito pela situação em que ele se encontra.

O objetivo do projeto de intervenção profissional realizado no município de Sinimbu foi transformar a realidade daquele território, com base nos princípios e leis que regem a ação do assistente social. “Assim, para o fortalecimento dos vínculos de cidadania é necessário garantir espaços participativos na tomada de decisão e fomentá-los como estratégia educativa a ser ampliada nas unidades da política de assistência social e fora dela” (TORRES, 2013, p. 75).

A seguir analisar-se-á as hipóteses que compuseram a proposta de investigação para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, nos quais abordar-se-á mais detalhadamente as questões apresentadas acima, no que se refere aos direitos socioassistenciais e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

3 O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS COMO MEIO DE ALCANÇAR A CIDADANIA E A CONVIVÊNCIA SOCIAL

Neste capítulo será apresentada a primeira e a segunda hipótese desse trabalho de conclusão de curso, visto que, uma complementa a outra. A primeira foi elaborada da seguinte forma: “A acadêmica de Serviço Social através do trabalho em grupo realizado a partir do PAIF aprendeu a contribuir com o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Vínculos esses, perseguidos através, do trabalho participativo e dialogado é possibilidade que afirma identificar o desenvolvimento de vínculos interpessoais, grupais e comunitários”.

A segunda hipótese em complemento à primeira, remete o seguinte: “Pressupõem-se que a acadêmica de Serviço Social durante o estágio curricular obrigatório contribuiu para a apropriação crítica do contexto social das famílias atendidas e acompanhadas através do PAIF. Procurou-se criar o desenvolvimento da estima, do auto respeito e do seu reconhecimento como sujeitos sociais críticos. Isso foi possível através das discussões e atividades práticas que foram desenvolvidas durante os encontros de grupos”.

O propósito desse capítulo é comprovar essas duas hipóteses, que afirmam o aprendizado para com o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários que se apresentam de várias formas na comunidade de residência dos integrantes. Assim, analisar-se-á o trabalho em grupo realizado durante o estágio curricular obrigatório, que possibilitou reflexão e diálogo entre a estagiária e os participantes, com o objetivo de consolidar a convivência familiar, comunitária, social e ampliar os direitos socioassistenciais.

Parte-se do pressuposto que a autora, através do trabalho de grupo, planejado e executado no período de dois anos, ao aprender, se propôs e quis contribuir com o fortalecimento de vínculos que residem em convivência social e comunitária. Por sua vez possibilitou um espaço de desenvolvimento de cidadania para as famílias beneficiárias do bolsa família da localidade de Linha São João.

Aqui cidadania é entendida como a “capacidade conquistada por alguns indivíduos de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado” (COUTINHO, 1999, p. 42).

O desenvolvimento e fortalecimento de vínculos, nesse sentido, proporcionam possibilidade de participação da sociedade civil em espaços de decisão sobre as políticas públicas, nos programas e projetos. Os participantes têm a oportunidade de compartilharem suas culturas, ideologias e subjetividades em detrimento de um coletivo que é socialmente criado, incentivando o protagonismo de cada um.

Com a experiência do estágio curricular obrigatório, os participantes foram beneficiados com a abertura de um espaço de diálogo e reflexão, o que possibilitou uma desconstrução do senso comum para o grupo. Com isso, o aprendizado da estagiária também foi ampliado, a experiência da prática e da vivência com o grupo mostrou-se fundamental na graduação em Serviço Social, visto que teoria e prática são indissociáveis.

Esse processo abrange a construção da cidadania através do equipamento CRAS, reconhecido como um bem socialmente criado para ofertar serviços, programas e projetos que consolidem os direitos sociais. Assim sendo, o processo de estágio curricular obrigatório ocorreu dentro da política de assistência social na proteção social básica com o intuito de promover o conhecimento e contribuir com a garantia de direitos socioassistenciais.

De acordo com o Regulamento de estágios curriculares obrigatórios da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Art. 2º,

O estágio curricular, que se constitui num processo educativo de aprendizagem e de formação profissional, compreende o estágio obrigatório e o não-obrigatório e efetiva-se mediante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizado na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público e privado, sob responsabilidade e coordenação da UNISC (UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL, 2008, p. 1).

O processo de estágio foi acompanhado por uma supervisora de campo e uma orientadora institucional, ambos importantes para a construção do conhecimento da estagiária. O conhecimento construído durante o período possibilitou uma aproximação com a realidade do território. Possibilitou colocar em prática, ou ao menos se aproximar de um dos princípios fundamentais do Código de Ética profissional: “III - ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (BRASIL, 2011, p. 23).

É importante esclarecer que o trabalho social é permeado por dificuldades oriundas de processos burocráticos e hierárquicos. Por meio delas, a prática profissional pode tornar-se conflitante e o serviço ofertado ameaçado. Trechos do diário de campo do dia 15/10/2014 demonstram tal problema:

A AS teve que ligar para a secretaria para questionar a demora do motorista. Desde que comecei meu estágio no CRAS, todos os dias tem esse problema, a carência de motorista. Cerca de 20 min depois, o secretário da saúde e bem-estar social veio nos buscar, ou seja, ele teve que suprir a necessidade por falta de motorista.

A prática profissional do assistente social exige comprometimento com a justiça social, com a igualdade, com a equidade e com os direitos sociais. Exige uma ação pensada dentro da realidade do território e do equipamento, o profissional precisa ter a consciência das dificuldades que pode enfrentar no dia-a-dia dentro dos espaços de trabalho.

A disciplina oportunizou a estudante, conhecer, através da observação, a realidade social e institucional, suas demandas sociais, sendo essas resultadas de uma sociedade contraditória, desigual e também analisar possibilidades de intervenção profissional. A habilidade de observação e escuta iniciou-se no nível I de estágio curricular obrigatório e seguiram-se aos demais níveis, ou seja, foram gradativamente aperfeiçoados ao longo do processo (OLIVEIRA, 2016, p. 2).

O aluno, futuro assistente social deve planejar e estar preparado para a imersão na realidade social dos sujeitos atendidos. Essa preparação se constitui de compreender as famílias pobres, beneficiárias do bolsa família, em uma dimensão preventiva, com ênfase na abordagem grupal, com face aos graves acontecimentos de exclusão social e indignância que tem ocorrido na sociedade.

O projeto de intervenção desenvolvido no estágio curricular obrigatório oportunizou criar, através do trabalho em grupo com as famílias, um espaço de aprendizado tanto para a estagiária como para os participantes envolvidos. Por mais que os grupos familiares estejam fragilizados, existe na sua subjetividade uma resistência, desejos de constituir e moldar uma nova realidade, seja no convívio com a comunidade, seja na sua casa.

O trabalho de grupo, constituído de famílias da localidade de Linha São João/Sinimbu, desenvolveu o fortalecimento dos vínculos para o alcance da convivência familiar e comunitária, propondo um projeto de desenvolvimento da

autonomia e emancipação dos sujeitos. Através dos temas abordados e das oficinas realizadas no grupo, foi proposto um trabalho de alcance à cidadania, visto que, os direitos socioassistenciais quando garantidos faz com que o projeto social desejado seja concretizado, mesmo que não seja na sua totalidade.

De acordo com Guimarães e Almeida (2008, p. 133), é importante no processo do trabalho em grupo com famílias, o estímulo a discussões sobre:

[...] ações solidárias; direitos sociais; propostas de geração de renda, capacitação e formação para o trabalho; direito à assistência; direito ao acesso e à participação nos bens culturais e de lazer na cidade – ou seja, o grupo deve ser estimulado constantemente a refletir sobre a busca do pleno exercício da cidadania.

Essas ações foram pensadas, organizadas e realizadas no grupo do PAIF, com o cuidado para poder estimular a autonomia² dos indivíduos e ampliar seu espaço de convivência e participação social. Em um dos encontros foi realizado um exercício de reflexão sobre o tema “convivência social”, preparado através de um vídeo de curta metragem, que serviu de abertura a discussão, após foi lançado pela estagiária, algumas questões para o grupo responder em um papel de ofício.

(1) O que faço para ter uma boa convivência social? (Participante 1) – *Diálogo, ouvir o outro, tentar entender, participar, respeitar.* (Participante 2) – *Respeitar os outros e ser solidário para com as pessoas.* (Participante 3) – *Eu acho que é tentar me dar bem com os vizinhos, amigos, parentes, sempre perdoar e tentar levar tudo numa boa.*

Por meio das respostas da primeira pergunta, considerou-se ter desenvolvido a conscientização da importância de dois conceitos fundamentais com base na primeira hipótese: o diálogo e a participação. Sem compelir os participantes do projeto, foi determinado um tempo para que as perguntas fossem respondidas em um papel. O interessante foi resgatar a subjetividade de cada um e após socializar com o grupo, exigindo para tal, organização e planejamento.

(2) O que é ter uma boa convivência social para você? (Participante 4) – *A meu ver uma boa convivência começa a partir do momento em que passamos a nos aproximar da nossa comunidade, dos nossos vizinhos.* (Participante 1) – *Se dar com as pessoas que convivem ao seu redor, com*

² De acordo com o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2008, p. 155), autonomia significa: “1. Faculdade de se governar por si mesmo. 2. Direito ou faculdade que tem uma nação de se reger por leis próprias”.

seu próximo e vice-versa. (Participante 5) – Respeitar o espaço dos outros. (Trecho extraído de diário de campo do dia 04/04/2016).

Com base nessa questão, é possível observar que a participante afirma que a convivência social é uma aproximação da comunidade e dos vizinhos, isso reafirma o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários em detrimento da convivência social. A hipótese se confirma novamente e põe em evidência a importância da reflexão dentro do trabalho em grupo, pois traz à tona questões nunca antes discutidas dentro da realidade do grupo.

(3). Devemos ter uma boa convivência social? Por quê? *(Participante 6) – Devemos, para melhorar o desenvolvimento dos filhos e o nosso. (Participante 2) – Sim. Se não temos uma boa convivência não conseguimos alcançar nossos objetivos (Trecho extraído de diário de campo do dia 04/04/2016).*

Aqui também podemos concluir que os participantes entendem a importância da convivência social, neste trabalho entendida como direito socioassistencial, para alcançar seus objetivos de vida e também para o desenvolvimento saudável de sua família. Reafirma-se o papel que cada um tem na sociedade em consonância com seus princípios e com a sua cultura, seja ela urbana ou rural.

(4) Participo de atividades na minha comunidade? Se não, por quê? *(Participante 3) – Participo quando posso. (Participante 5) – Não, por falta de tempo e de comunicação. (Participante 1) – Não, porque não fico sabendo, só as reuniões como essa de hoje e do colégio, aqui em São João (Trecho extraído de diário de campo do dia 04/04/2016).*

Esse espaço de reflexão foi importante para o estímulo da participação das famílias atendidas através do PAIF, visto que não foram identificados outros espaços de participação conforme o trecho acima. Foi gratificante para a estagiária e para seu crescimento profissional oportunizar um espaço de participação social e de escuta para com os participantes, colocando em prática os ensinamentos teóricos metodológicos.

É interessante analisar, que a participação social também é decorrente de um processo histórico que envolve pressão da sociedade por seus direitos civis e sociais. Esse conceito é instituído pela CF/1988 com a abertura de um país democrático de direito, ganhando visibilidade e importância nas ações das políticas públicas, principalmente da política de assistência social (MACHADO, 2006).

Além do PAIF proporcionar esse espaço de participação, vinculado a isso, está a proposta de criar diálogos entre o equipamento e os sujeitos atendidos, com vistas a fortalecer seus vínculos interpessoais, grupais e comunitários. O trabalho de grupo possibilita essa intermediação em âmbito social, entre Estado e sociedade, de diálogos subjetivos e expressivos sobre a realidade que se vive, que contribui com a ampliação da cidadania.

Diálogo significa “fala alternada entre duas ou mais pessoas; conversação; troca ou discussão de ideias, opiniões, etc.” (FERREIRA, 2008, p. 316). O propósito fundamental do projeto de intervenção da estagiária, estando ligado intimamente com a hipótese desse Trabalho de Conclusão de Curso, que diz sobre o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários perpassa pela participação social e pelo diálogo.

Com o trabalho de grupo realizado, somado aos espaços de discussão e reflexão de temas importantes, foi também estimulado propostas de geração de renda, conforme trecho do diário de campo do dia 17/09/2015.

Nesse dia foi realizada a continuação da oficina de Patchwork, uma continuação da atividade que já havia sido iniciada quinze dias antes com as famílias. O Patchwork é uma atividade artesã, que se utiliza de colagem de tecidos em panos e camisetas e pode gerar renda para as famílias. O interessante desta oficina é de que não foi necessária a contratação de um oficinheiro, pois foi uma usuária que participa do grupo que transmitiu seus conhecimentos para as demais do grupo, reforçando o sentido essencial do Trabalho Social com as famílias, que é a troca de culturas e de saberes entre a comunidade.

A realização das oficinas foi um momento de captura da essência de cada participante, de conhecer suas capacidades e de socializa-las. A convivência é entendida aqui como troca de saberes e de aprendizado, cuidadosamente planejado e organizado pela estagiária de Serviço Social.

O trabalho social com famílias é sinônimo de desafio para a equipe multiprofissional, pois lida com uma instituição social em permanente mudança de estrutura e significados. Exige uma reflexão constante para trabalhar temas educativos que deem autonomia para os sujeitos no mercado de trabalho, respeitando as características rurais ou urbanas de cada grupo.

A ideia de considerar a família como foco da intervenção social é, na conjuntura presente, mais uma vez enfatizada dada sua capacidade de reproduzir valores e práticas sociais de modo mais efetivo do que com indivíduos tomados isoladamente. Por isso o trabalho com famílias

permanece como referência de intervenção pedagógica mais eficiente (CAMPOS; GARCIA, 2007, p. 99).

Desde a CF/1988 se tem o reconhecimento de que a família deve ter uma especial proteção do Estado, demonstrando a garantia de oportunidades para que exerça suas funções sociais, políticas e econômicas. A instituição família passa a ser importante na estrutura e organização da sociedade. Ao pensar nisso a LOAS se propõem a proteger e a assegurar os vínculos comunitários da família, através da orientação e do apoio integral.

Vale ressaltar que o profissional que trabalha integrado às famílias na proteção social básica, não deve manter a expectativa de mudar as famílias, mas de facilitar as trocas, conduzindo para a sua emancipação. A política de assistência social é nesse caso o processo de travessia para outras políticas públicas, essa travessia pode ser feita através do trabalho em grupo, perpassado pela reflexão constante, que não predomine uma ação sem compromisso e direito. Um trecho do diário de campo do dia 06/11/2015 retrata brevemente um vínculo construído entre a estagiária e uma usuária do PAIF.

Fiquei muito feliz em ouvir de uma das usuárias, quando ela chegou: “Cadê a Vânia?” e eu disse: “Estou aqui” então ela respondeu: “Ai que bom, eu gosto da Vânia.” É muito gratificante receber esse retorno deles, sentir que eles estão gostando do trabalho que estou realizando e que os vínculos estão sendo fortalecidos, de poder contribuir de forma subjetiva e objetiva na vida comunitária e individual dessas famílias.

Adquirir a confiança dos participantes do projeto mostrou-se um ponto forte na construção das hipóteses desse trabalho, é uma forma de vínculo que surgiu durante os encontros de grupo. A partir do trecho descrito acima é possível perceber um vínculo por empatia entre os integrantes do grupo, sendo este importante para a compreensão dos temas abordados, pois os participantes acreditaram no que foi dito e também se sentiram à vontade para debater.

“Diante de uma sociedade de consumo onde o sucesso é medido por coisas que as pessoas possuem, é fundamental resgatar o ser, valorizando o saber” (SCARPARO; CRUZ; GUARESCHI, 2005, p. 63). Através dessa reflexão, damos início ao referencial teórico de Torres (2013), sobre a questão dos vínculos e do reconhecimento como relações que protegem. Esse foi o objetivo principal do projeto

de intervenção realizado no interior do município de Sinimbu, o resgate dos vínculos comunitários e familiares como dimensão fundamental aqui discutida.

De acordo com a pesquisa realizada por Torres (2013), o resgate dos vínculos familiares e comunitários pode ser vistos através de três conceitos: a Autoconfiança, o Autorespeito e a Estima Social.

Autoconfiança: Trata-se de todas as relações primárias que se definem por ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, podem ser de amizade, entre pais e filhos e entre casais, sem questionar aqui, questões de gênero. Nessas relações há a necessidade de manter uma ligação de reciprocidade, respeitando a particularidade de cada um, mas estabelecendo uma ligação mais íntima e afetiva entre os sujeitos. É uma ligação estabelecida prioritariamente na primeira instituição social, a família (TORRES, 2013).

Com o projeto social realizado no interior de Sinimbu, esse tipo de vínculo pode ser percebido e trabalhado através do PAIF, que se volta para o atendimento direto com as famílias. Durante o processo, mães e filhos puderam ficar mais próximos, além da escola, esse foi um espaço de interação entre eles, estabelecendo assim uma ligação íntima e afetiva. *“Eu consegui ajudar a minha mãe a terminar o bordado em casa, eu gostei muito e agora eu e ela podemos fazer mais e quem sabe até vender. Júlia, 9 anos”* (Trecho do diário de campo do dia 16/04/2015).

Isso demonstra como foi possível construir uma relação ainda mais próxima entre mãe e filha, fortalecendo seus vínculos e a confiança. Por serem da mesma família o processo grupal continuou a ser realizado dentro do ambiente familiar, a troca de saberes, a ajuda espontânea e a ligação mais íntima fez com que a atividade fosse concluída mais rápida.

Autorespeito: Esse reconhecimento se dá através do processo de cidadania, é a evolução das relações, dos modos de viver e conviver em cada período, da cultura, que faz com que uma dada questão ou demanda de grupos mude de estatuto e passe a ser considerada como direito. Aqui o sujeito é reconhecido como membro de uma sociedade, e como tal, tem direitos sociais e civis a serem garantidos e quando esses direitos forem desrespeitados podem ser reclamados a uma autoridade. Somente quando os meios necessários para a vida autônoma estão assegurados que se pode afirmar que o indivíduo está protegido por vínculos de cidadania (TORRES, 2013).

Esse autorespeito que falamos aqui, está relacionado diretamente com o objetivo do projeto social realizado durante o estágio obrigatório sobre a ampliação da

cidadania. Entendemos que as reflexões realizadas sobre temas relacionados com direitos sociais e civis durante o processo, bem como as oficinas e os atendimentos individuais, contribuíram para a evolução dos participantes.

[...] concluo que foi um dia de grande aprendizado em que se pôde extrair uma essência muito significativa do que um evento como esse simboliza para um município, sobretudo para as mulheres. Primeiramente porque as pessoas da comunidade estão fortalecendo seus vínculos e se reconhecendo dentro do seu espaço (Trecho do diário de campo do dia 12/03/2015).

Essa evolução não pertence somente às famílias que participaram do projeto, mas também a estagiária de Serviço Social, que conseguiu aprimorar seus conhecimentos teóricos-metodológicos através da prática. O aprendizado que a universidade proporcionou, foi possibilidade de garantir direitos sociais e de proteger vínculos de cidadania de uma localidade até então não atendida.

Outro conceito de vínculo que a autora nos apresenta é a Estima Social,

A estima social se estabelece nas relações entre as pessoas e se dá quando o sujeito se sente valorizado pela sua forma de viver, por suas capacidades, por suas particularidades, singularidades, realizações e contribuições sociais. Ou seja, nessa categoria está em evidência o indivíduo e sua trajetória. Assenta-se a ideia da estima social na necessidade das pessoas de serem consideradas em sua particularidade, sabendo-se únicas e sendo respeitadas por isso (TORRES, 2013, p. 86).

A questão da subjetividade foi resgatada principalmente através das oficinas, um espaço de descobertas e valorização pessoal. Ao longo das atividades que foram propostas, as participantes conseguiram mostrar suas particularidades, suas potencialidades e também as dificuldades que são essenciais para o nosso crescimento. A estagiária procurou respeitar as individualidades de cada um, mas ao mesmo tempo pretendeu ascender a capacidade de cada integrante do grupo, como forma de socialização e ampliação da cidadania.

Acredita-se que a execução do projeto social no estágio curricular obrigatório, por meio do trabalho em grupo com as famílias do PAIF, possibilitou a reflexão dessas três dimensões. Embora a estagiária não tenha conhecimento, sobre essas dimensões, durante a execução do projeto, a pesquisa realizada para esse Trabalho de Conclusão de Curso, possibilitou a ela um esclarecimento teórico dessa divisão importante quanto a questão em debate: vínculos.

Vínculos esses que foram perseguidos através de um trabalho participativo e dialogado, conforme menção dos diários de campo citados. O objetivo foi fortalecer os vínculos familiares e comunitários, garantindo direitos socioassistenciais com ênfase na ampliação e consolidação da cidadania. Sem é claro, como já mencionado, representar uma mudança radical sobre as famílias atendidas, pois ninguém sozinho consegue mudar o mundo.

É importante esclarecer que um dos objetivos da execução do projeto social foi à informação, por meio dela é possível expandir os conhecimentos, base para a emancipação humana. A informação não é separada de um aprofundamento teórico, foi preciso buscar, pesquisar, aprofundar e questionar temas que fossem essenciais ao trabalho com as famílias do PAIF.

Essa atividade cumpriu com o objetivo de fortalecer e criar vínculos familiares e comunitários, a cultura, a troca de saberes e a geração de renda. Promoveu a autonomia dos usuários na medida em que eles têm conhecimento e o reconhecimento dos seus direitos sociais e do seu trabalho, provocando uma pequena, mas profunda mudança na realidade social (OLIVEIRA, 2016, p. 9).

Portanto, é primordial ter a clareza do trabalho que foi realizado com as famílias através do PAIF, na localidade de Linha São João, com a certeza de ter contribuído com o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários para com estas. Com isso garantir a convivência familiar como direito socioassistencial e também deixar entendido que esse processo foi essencial para o crescimento profissional da estudante de Serviço Social, que através do planejamento e da execução do projeto social, conseguiu realizar uma pequena, mas significativa mudança social.

Ressalta-se que essas duas hipóteses se confirmam, pois, através do desenvolvimento do processo grupal, foi possível perceber indícios de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Esses vínculos amadureceram a convivência familiar, um direito socioassistencial, que através do grupo estimulou a subjetividade, a estima social, a participação, o diálogo, a confiança e o aprendizado. A continuidade dessa análise se dará no próximo capítulo, com ênfase nos direitos sociais.

4 A GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS ATRAVÉS DO PAIF

Neste capítulo analisar-se-á a terceira hipótese desse trabalho de conclusão de curso que diz o seguinte: “Pressupõem-se que a acadêmica de Serviço Social contribuiu para com a garantia dos direitos sociais das famílias atendidas através do PAIF. Essa contribuição se deu através do processo de informação e de reflexão dos direitos socioassistenciais para a garantia da convivência e da equidade urbana e rural. Um aspecto importante a ser considerado é que a estagiária procurou ter sempre um cuidado com as características culturais do território de origem das famílias”.

O processo de reflexão para a comprovação dessa hipótese será baseado no conceito sobre os direitos sociais em conformidade com o PAIF. É necessário considerar aqui o propósito do programa, sendo este ofertado na proteção social básica. Dentre os objetivos está: “Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos” (BRASIL, 2009b, p. 7). O PAIF também,

[...] consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida (BRASIL, 2009a, p. 6).

Aqui se fala do indivíduo enquanto um ser político e social, dotado de direitos civis, políticos e sociais conquistados ao longo de um processo histórico. Os direitos sociais foram instituídos na Constituição Federal de 1988, as pressões por parte dos trabalhadores da época antecederam esse marco que culminou no art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Esses direitos sociais são ofertados através das políticas públicas por meio dos programas e projetos destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social. É uma relação próxima entre Estado e sociedade, em que o primeiro tem a responsabilidade de proteger e ofertar serviços que atendem as necessidades dos sujeitos de direitos e promovam a cidadania.

Historicamente foram os direitos civis e políticos que primeiro ganharam visibilidade na sociedade nos séculos XVIII e XIX, somente no século XX que vão aparecer os direitos sociais, entendidos como os direitos de segunda geração. Os

direitos sociais têm na sua natureza questões individuais e coletivas, tem como fundamento a busca pela igualdade e se destina ao indivíduo (COUTO, 2006).

[...] os direitos de segunda geração – os direitos sociais – são exercidos pelos homens por meio da intervenção do Estado, que é quem deve provê-los. É no âmbito do Estado que os homens buscam o cumprimento dos direitos sociais, embora ainda o façam de forma individual. Esses direitos vêm se constituindo desde o século XIX, mas ganharam evidência no século XX. Ancoram-se na ideia de igualdade, que se constitui numa meta a ser alcançada, buscando enfrentar as desigualdades sociais (COUTO, 2006, p. 35).

Por muito tempo a oferta dos direitos sociais por intermédio do Estado foi destinado somente aos trabalhadores da área urbana, ficando os trabalhadores rurais excluídos de qualquer garantia. Somente na constituição de 1988 que o asseguração de direitos sociais, principalmente na área trabalhista, irá incluir essa parcela importante da sociedade brasileira (COUTO, 2006).

É importante para essa análise, ter claro essa distinção histórica sobre a garantia dos direitos sociais através do Estado entre o urbano e o rural, pois não aconteceu ao mesmo tempo. Com isso, concluir-se-á que o projeto de intervenção, destinado as famílias rurais de Sinimbu, reforça o amadurecimento de políticas sociais voltadas a proteção social dos trabalhadores rurais, não ficando esses excluídos e desprotegidos.

O aprendizado do estágio curricular obrigatório, com ênfase na proteção social básica, propiciou o trabalho com as famílias beneficiárias do Bolsa Família na localidade de Linha São João em Sinimbu. O processo se deu por meio da informação e da promoção de direitos socioassistenciais, muitas foram as discussões para que o objetivo do projeto de intervenção fosse alcançado.

Através de reuniões anteriores as famílias levantaram vários questionamentos sobre seus direitos sociais, tais como: aposentadoria e bloco do produtor. Sentindo a necessidade de aprofundar esse tema, de forma a cumprir com o objetivo do meu projeto de intervenção que é assegurar o compartilhamento de informações na garantia dos direitos sociais para as famílias (Trecho do diário de campo do dia 19/05/2016).

A condição de sujeitos de direitos daqueles que a política de assistência social se destina, pressupõem um desafio para os profissionais. É fundamental ter a clareza das características territoriais e sociais em que esses sujeitos de direitos se

encontram, para proporcionar um diálogo convincente e garantidor de direitos socioassistenciais.

Os direitos, enquanto constitutivos de um patamar de sociabilidade, têm jogado papel importante na sociedade contemporânea, que, ao discuti-los, coloca em xeque as formas de relação que são estabelecidas, tornando tenso o movimento por vê-los reconhecidos em lei, protegidos pelo Estado e, mais do que isso, explicitados na vida dos sujeitos concretos (COUTO, 2006, p. 37).

Um dos direitos sociais é o acesso a assistência social, política social importante e que compõem a Seguridade Social. O objetivo do projeto de intervenção foi aproximar as famílias rurais, em situação de vulnerabilidade social, da assistência social, com a implantação do PAIF, por meio de um grupo, na localidade em que essas famílias vivem. *“Sempre foi um desejo meu que o grupo viesse para cá, a gente sabe que em outros lugares o grupo já acontece e agora aqui tudo fica mais fácil para nós”* (Trecho do diário de campo do dia 24/09/2015).

A partir do trecho extraído do diário de campo, acima descrito, se observa um determinante fundamental na condução do projeto de intervenção realizado: informação e promoção de direitos relacionados a agricultura familiar. Nesse trecho também se observa isso: *“Por ser uma área predominantemente rural, constatou-se a necessidade de esclarecer sobre assuntos destinados aos direitos das famílias que vivem nessa área e que dependem do trabalho no campo para a sua sobrevivência”* (Trecho do diário de campo do dia 19/05/2016).

Para trabalhar com as famílias de Linha São João foi necessário buscar parcerias de modo a fortalecer o processo de aprendizagem da estudante e também de alcançar os objetivos do projeto de intervenção em relação aos direitos sociais. Pensando nisso, foi proposto uma parceria em determinado momento, com o sindicato dos trabalhadores rurais, conforme trecho do diário de campo do dia 6/11/2015.

Para a realização da palestra sobre o uso do filtro solar, essa se deu através de uma conversa entre eu e a assistente social do sindicato dos trabalhadores rurais em que ela ofereceu essa parceria. Achei muito apropriado o tema, visto que o território é composto da agricultura familiar, em que os usuários trabalham arduamente nas lavouras diariamente, sem conhecimento dos danos que os raios solares podem causar a saúde ou de como proteger corretamente.

Quando os usuários da política de assistência social, tem o conhecimento sobre seus direitos sociais, por meio da informação e do diálogo, automaticamente se contribui para a concretização da justiça social e da liberdade, sendo estes princípios fundamentais do Serviço Social. *“Não sabia que era tão importante o filtro solar, agora que sei vou passar sempre e ensinar meus filhos também. Quanta coisa a gente nem sabia e agora com essas palestras e oficinas a gente sabe, é bom isso”* (Trecho do diário de campo do dia 06/11/2015).

No campo dos direitos sociais é fundamental ter a clareza que o processo de garantia desses direitos é permeado por diferentes sujeitos sociais. Sujeitos estes com liberdades individuais, que devem ser respeitadas pelos profissionais inseridos na execução das políticas sociais.

Portanto, compreende-se que com a implantação do PAIF na localidade predominantemente rural de Linha São João no município de Sinimbu, foi garantido alguns direitos sociais às famílias atendidas por meio da informação e do acesso a assistência social. Com isso, a estagiária de Serviço Social responsável pelo projeto de intervenção, obteve um aprendizado valioso sobre o campo dos direitos sociais e sua construção histórica, para assim aprimorar a sua prática no campo das Políticas Sociais. Dessa forma, conclui-se que a hipótese aqui analisada foi confiada, pelos motivos descritos acima.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

O propósito deste trabalho de conclusão de curso, foi analisar a vivência e o aprendizado que a estagiária de Serviço Social obteve durante um período de dois anos. Com a experiência de estágio curricular obrigatório, que ocorreu no CRAS de Sinimbu – RS, foi possível obter uma aproximação com a política de assistência social, importante instrumento de garantia de direitos.

Através dos níveis I, II, III e IV de estágio a estagiária conseguiu observar, planejar, executar e avaliar um projeto de intervenção destinado as famílias beneficiárias do Bolsa Família. Esse projeto teve como objetivo geral analisar o trabalho da estagiária na condução do grupo do PAIF em Linha São João, de forma a compreender o processo de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Permitiu também analisar a contribuição da estagiária na garantia dos direitos sociais, através da informação e do diálogo. Desse modo, vindo a contribuir com a apropriação crítica dos sujeitos atendidos através do PAIF, bem como, com o aprendizado da acadêmica de Serviço Social.

O problema de pesquisa apresentado neste importante trabalho foi: Como a estagiária do CRAS de Sinimbu conduziu o grupo do PAIF em Linha São João de 2015/1 a 2016/2? Considera-se que a resposta a esse problema está na análise das hipóteses criadas para esse fim, que confirmam que a estagiária esteve à frente do grupo do PAIF na localidade de linha São João, no seu planejamento e na sua condução.

O processo grupal se deu através de oficinas, palestras, reuniões e debates, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários e consolidar a convivência social, direito socioassistencial. Foi uma experiência única e especial participar junto as famílias da localidade de Linha São João do grupo do PAIF, pois esse espaço oportunizou pensar e analisar o exercício profissional enquanto mediador de direitos sociais, através do planejamento, da escuta, do diálogo, da participação e da avaliação.

Considera-se importante a prática do estágio curricular obrigatório para o entendimento de que os estudos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo são indissociáveis. O estudo realizado aqui determina a importância do comprometimento profissional para o enfrentamento das expressões da questão

social, objeto de trabalho do assistente social. Deve-se levar em consideração que nada se faz sozinho, o trabalho em equipe é um importante instrumento de luta.

REFERÊNCIAS

- AGUINSKY, Beatriz Gershenson; FERNANDES, Idilia; TEJADAS, Silvia da Silva. Entre a garantia de direitos e o reforço à subalternização: concepções e práticas ainda em disputa sobre o público-alvo da Política de Assistência Social. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson (Org.). *O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 63-82.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 5., 2005, Brasília. *Anais...* Brasília: [s. n.], 2005.
- _____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- _____. *Lei n. 8.662 de 7 de junho de 1993*. Código de Ética do/a assistente social. 9. ed. rev. e atual. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2011].
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações técnicas sobre o PAIF: trabalho social com famílias do serviço de Proteção e Atendimento Integral à família – PAIF*. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009a. 77 p.
- _____. *Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009b*. Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/13770>>. Acesso em: 1 nov. 2017.
- CAMPOS, Carlos Eduardo Aguilera; GARCIA, Joana. Contribuições para a supervisão dos programas sociais com foco na família. *Revista Katálysis*, Florianópolis v. 10, n.1, p. 95-104, jan./jun. 2007.
- CAMPOS, Claudinei Jose Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, set./out. 2004.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. *Perspectivas*, São Paulo, v. 22, p. 41-59, 1999.
- COUTO, Berenice Rojas. *O direito social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez, 1997.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *Saber profissional e poder institucional*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa* dicionário. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido: saberes necessários à prática educativa*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987. 184 p.

GUIMARÃES, Rosália Ferreira; ALMEIDA, Silvana Cavichioli Gomes. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2008. p. 127-136.

IBGE. *Censo Demográfico 2000 e pesquisa de orçamentos familiares – POF 2002/2003*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

_____. *Censo Demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: </Ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religio_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf/>. Acesso em: 1 nov. 2017.

KAUCHAKJE, Samira; SCHEFFER, Sandra Maria. Políticas Públicas sociais: a cidade e a habitação em questão. Curitiba: Intersaberes, 2017. (Série Políticas Públicas).

LEVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MACHADO, Elmira Maia Gomes. *O Conselho Municipal de Saúde de Teresina como efetivo instrumento do exercício do controle social na Política de Saúde local: limites e possibilidades*. Teresina: UFPI, 2006.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. A família na Amazônia: desafios para a Assistência Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 7, p. 122-137, set. 2002.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direitos humanos, cidadania e educação. Uma nova concepção introduzida pela Constituição Federal de 1988. *Jus Navigandi*, Teresina, v. 6, n. 51, 1 out. 2001. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/2074>>. Acesso em: 30 maio 2017.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. *Ser Social*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 165-190, 2003.

OLIVEIRA, Vânia Luiza. *Relatório Final de estágio IV*. 2016. 4 f. Relatório (Graduação em Serviço Social) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2016.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria. Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 114-127, jan./jun. 2013.

PEREIRA, William César Castilho. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. 2. ed. Belo Horizonte: Vozes; PUCMINAS, 2002.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O processo grupal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Psicologia e pedagogia).

PINHÃO, Francine; MARTINS, Isabel. Cidadania e ensino de ciências: questões para o debate. *Ensino e Pesquisa em Educação e Ciência*, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 9-29, 2016.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da Cidadania*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ROCHA, Cláudio Luiz Victor Ferreira. Ética e cidadania. In: SEMINÁRIO ÉTICA: COMPROMISSO SOCIAL E NOVOS DESAFIOS, 2006, Belo Horizonte. *Mesa redonda...* Belo Horizonte: Fundação Ezequiel Dias, 2006.

SCARPARO, Maria de Lourdes Duque-estrada; CRUZ, Lílian; GUARESCHI, Neuza. Atendimento à família na assistência social: constituindo demanda por meio da escuta. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 23, n. 40 p. 59-65, jan./mar. 2005.

SEMINOTTI, Nedio Antônio; MORAES, Maria Lúcia Andreoli de; ROCHA, Flávia Moises. Pequenos grupos informais nas instituições: exercício da cidadania e da dimensão instituinte. *Psico-USF*, Itatiba, v. 14, n. 3, set./dez. 2009.

SIMÕES, Carlos. *Curso de direito do serviço social*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 3).

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 119-132, 2008.

TORRES, Abigail Silvestre. *Segurança de Convívio e de convivência: direito de proteção na assistência social*. São Paulo: [s. n.], 2013.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL. *Regulamento dos estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios dos cursos de graduação da UNISC*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambiguidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 24, n. 77, p. 11-29, mar. 2004.